

De fevereiro a outubro de 2010, exerceu funções na área de recursos humanos como técnica superior na ex-secretaria-geral do extinto Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

De maio de 2003 a janeiro de 2010, exerceu funções de técnica superior e de consultadoria jurídica na extinta Direção-Geral de Informática e apoio aos serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

De 2002 a 2003, exerceu funções de técnica superior no âmbito jurídico do Direito do Trabalho, na Inspeção-Geral de Trabalho;

De 1998 a 2002, exerceu as suas funções de consultora jurídica e de coordenadora da área de recursos humanos no Gabinete de Apoio, Estudos e Planeamento da Presidência do Conselho de Ministros;

De 1983 a 1998, exerceu funções administrativas na área de recursos humanos no Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

5 — Outra Experiência Profissional

Fez parte do secretariado do II Congresso Iberoamericano, realizado em Lisboa sob a égide da Secretaria de Estado da Segurança Social e do Congresso “As Migrações” da Segurança Social

Participou no grupo de trabalhos para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de outubro no ISCS.

207073311

Despacho n.º 8451/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 6158/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Pollyana Maria Martins Pereira Soares, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, a licenciada Pollyana Maria Martins Pereira Soares, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de julho de 2013.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

26 de junho de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

Nota curricular de Pollyana Maria Martins Pereira Soares

1 — Dados Pessoais:

Nome: Pollyana Maria Martins Pereira Soares.
Data de nascimento: 4 de Maio de 1966.

2 — Habilitações académicas:

1985-1990 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Menção de Ciências Jurídico-Políticas.

3 — Formação específica:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública; Direito da função pública; gestão pública; contratação pública; contencioso administrativo; protocolo.

4 — Experiência profissional:

De outubro de 2012 a atualidade — diretora de serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, em regime de substituição;

De junho de 2012 a setembro de 2012- exercício de funções inerentes à carreira técnica superior, no âmbito da assessoria jurídica, na Comissão para a Cidadania e para a Igualdade;

De julho de 2011 a junho de 2012- diretora de serviços de Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De junho de 2010 a julho de 2012 — chefe de divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De setembro de 2009 a junho de 2010 — exercício de funções inerentes à carreira técnica superior, no âmbito da assessoria jurídica, na Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De setembro de 2002 a agosto de 2009 — chefe de divisão no Gabinete de Assuntos Jurídicos e de Relações Públicas do Arsenal do Alfeite;

De fevereiro de 1993 a setembro de 2002 — chefe do serviço de Contencioso do Arsenal do Alfeite

De maio de 1991 a fevereiro de 1993 — responsável pela área jurídica na Gestifundo -Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

5 — Outra experiência profissional:

Inscrição na Ordem dos Advogados desde 02/07/1992 — cédula n.º 9821L — Inscrição suspensa, em razão das funções exercidas, desde 01 de Setembro de 2009.

207073296

Despacho n.º 8452/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 5515/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Contratação Pública e Património, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Célia Maria Rodrigues dos Santos, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Contratação Pública e Património.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Contratação Pública e Património, a licenciada Célia Maria Rodrigues dos Santos, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal, com efeitos a 1 de julho de 2013.

26 de junho de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

Nota Curricular de Célia Maria Rodrigues dos Santos

1 — Dados pessoais:

Nome: Célia Maria Rodrigues dos Santos.
Data de Nascimento: 25 de novembro de 1966.

2 — Habilitações Académicas:

2008 — Curso Pós-Graduado de Atualização em “O Novo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas”, do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1991 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Formação Específica:

2011 — Código dos Contratos Públicos (INA);

2011 — Código dos Contratos Públicos na Aquisição de Bens e Serviços (STE) 2010 — Corrupção e Criminalidade Financeira (CEJ);

2009 — Propriedade Intelectual — Direitos de Autor e Direitos Conexos (CEJ);

2008 — O Novo Regime de Responsabilidade Extracontratual do Estado (SGMFAP);

2008 — O Código dos Contratos Públicos (SGMFAP).

4 — Experiência Profissional:

Desde 23 de junho de 2010 até este momento, exerceu funções na carreira de técnico superior, na Unidade Ministerial de Compras, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças;

De 1 de março de 2007 até 22 de junho de 2010, exerceu funções nas carreiras de jurista, consultora jurídica e técnica superior, na Direção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças;